

Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)

MARIALVA BARBOSA*
(*Universidade Federal Fluminense*)

Resumo

Análise das mudanças que se processaram nos principais jornais diários do Rio de Janeiro a partir de 1880 até 1920, destacando o novo papel que esses periódicos passaram a ter na sociedade.

Palavras-chave: imprensa, jornais diários, poder, público

Resumen

El artículo aborda en líneas generales las relaciones entre la prensa, poder y público, en lo que concierne a los diários de Rio de Janeiro de 1880 a 1920. A partir del análisis de los cinco más importantes periódicos de la ciudad intercambia dos conceptos: prensa y poder.

Palabras-clave: prensa, periódicos, poder, público

Abstract

Analyze the changes implemented in the principle newspapers of Rio from 1880 to 1920. The overall theme of this work is to highlighting the new role which these periodicals came to have in society through an interrelation of the following two concepts: press e power.

Keywords: press, daily newspapers, power, public

* Finalista do PRÊMIO INTERCOM 96, modalidade Jornalismo, na categoria Doutorado, com o trabalho aqui apresentado, a autora é Professora Titular de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense e Doutora em História Social pela mesma Universidade.

Introdução

Durante quatro anos interruptos percorri e analisei aqueles que podem ser classificados como os mais importantes jornais do Rio de Janeiro na virada do século e nos primeiros vinte anos dos 1900 e o resultado foi, sem dúvida, promissor.

Não só porque, embora haja uma história da imprensa para ser escrita e nem sempre se encontrem historiadores dispostos a estudá-la, mas sobretudo por ter recuperado o fazer jornalístico do início da República e todo o chamado circuito da comunicação. Nessa longa pesquisa, desvendamos a estrutura administrativa e empresarial do *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*, respondendo ao que eram esses periódicos, mas, estabelecendo também um diálogo com os jornalistas, descobrimos quem fazia o dia-a-dia dessas publicações.

Mas o chamado circuito da comunicação - que nos dispusemos a percorrer - não estava ainda terminado. Além do quem escrevia, investigamos também como esses veículos procuravam se popularizar - ou seja, as estratégias, apelos e valores evocados no seu discurso -, como funcionavam essas empresas e de que forma chegavam ao público. Percorrido esse caminho, foi preciso ver como os leitores entendiam os sinais na página impressa, quais os efeitos sociais dessa experiência.

Assim, essa pesquisa, ao colocar em evidência a relação imprensa, poder e público, reconstruiu o sentido de uma obra - e nesse caso a obra são os grandes jornais do Rio de Janeiro até o final dos anos 20 -, considerando as relações entre o texto, o objeto que lhe serve de suporte (a impressão) e as práticas que instrumentalizam (a leitura realizada e a reapropriação feita pelo leitor)¹

¹ Quem oferece a chave metodológica para estudar os impressos como um sistema de comunicação é Robert Darnton, chamando a atenção para perguntas sobre quem lê, em que condições, em que momento, com que resultado. Para Darnton a forma como se divulgava o texto, a maneira como este era produzido, ou seja, as posturas dos produtores de textos que variam ao longo da história, merecem um historiador, pois são pistas sobre as várias vivências da literatura no passado. Também Roger Chartier, estudando a "cultura do impresso", chama a atenção para as práticas e representações, sendo necessário perceber a invenção criadora no processo de recepção de todo e qualquer texto, entendido como uma leitura. É necessário, pois, caracterizar práticas que se apropriam de maneira diferenciada dos materiais que circulam em determinada sociedade, identificando-se as diferenças. Ver Darnton, R. *O beijo de Lamourette, Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Chartier, R. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987 e *Les usages de l'imprimé*. Paris: Fayard, 1987.

Ao pensar as mudanças gráficas e editoriais - nas quais se destaca a inclusão de grandes ilustrações e fotografias, a criação das manchetes de página, a diminuição do formato dos periódicos; de novas fórmulas editoriais, com a introdução de entrevistas, o destaque às reportagens, notadamente as de caráter sensacionalista; o isolamento dos textos opinativos dos informativos, entre outros - buscamos, ao mesmo tempo, o sentido dessas inovações. Esse novo jornalismo significou não só a conquista de mais leituras, como também a introdução de uma nova leitura.

Imprensa, Poder e Público, na verdade, recuperou um pouco da história dos diários cariocas a partir do instante em que se constituem como empresas, mas não sob uma ótica imobilizada ou limitada a um aspecto. Procuramos ver a dialética difusão versus poder, ao mesmo tempo em que percebemos as razões das mudanças comerciais/materiais/editoriais, buscando o sentido desse jornalismo e identificando os novos leitores.

Descrevendo um pouco a pesquisa

Criou-se, no Rio de Janeiro, desde os anos 1880, e com mais intensidade a partir da década seguinte, um novo jornalismo com profundas repercussões junto à sociedade e ao grupo que mais diretamente participava desse processo: os jornalistas.

Os mais importantes matutinos do Rio adotaram, a partir de então, fórmulas editoriais no sentido de conquistar um público cada vez mais expressivo. Editando textos que pretendiam informar, separam definitivamente o artigo de fundo das colunas informativas, destacam as notícias policiais e reportagens, sob uma capa de neutralidade; introduzem a entrevista nas primeiras páginas, entre inúmeras outras modificações. A edição ganha um novo caráter: o sentido de ordenar a sociedade. E os dramas cotidianos e mexericos deveriam provocar tanto ou mais interesse que os temas políticos discutidos diariamente nos cafés pelos repórteres.

Os jornais diários possuíam a função indispensável de disseminar normas e comportamentos padronizados junto às camadas letradas e não-letradas da população. Como uma teia, a palavra impressa traçava suas ramificações, formando conceitos, difundindo-os, normatizando, enfim, a sociedade.

Não se pode negar o poder influenciador da grande imprensa que se formava. Os principais jornais do Rio de Janeiro, que se constituíam como empresas, visando ao lucro, vivendo fundamentalmente das benesses do poder público, da venda do espaço publicitário e de assinaturas e da venda avulsa, tiravam juntos, segundo informações da época, na primeira década do século, cerca de 150 mil exemplares.

Numa cidade com 691.565 habitantes, em 1900, e considerando-se ainda o grande número de publicações efêmeras e de tiragens reduzidas, além das revistas críticas e de costumes mais expressivas, percebe-se o poder influenciador e formador dos principais matutinos do Rio: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*.

Constituindo-se em verdadeiras fábricas de notícias, a partir de 1890, introduzem inúmeras inovações editoriais, bem como adotam singulares fórmulas administrativas e mercadológicas. As inovações técnicas permitiram a reprodução de ilustrações e fotos e maior rapidez no processo de produção. Do ponto de vista editorial, mudam o teor das notícias publicadas e a forma como eram distribuídas nas páginas. A valorização do caráter imparcial do periódico levou à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegiou a edição de notícias informativas em detrimento da opinião. O artigo de fundo passou a ter lugar determinado, não se confundido com as colunas informativas.

Para conquistar maior número de leitores, dedicam maior espaço a um tipo de notícia que, até então, estivera relegada a segundo plano: a de natureza policial. Com o mesmo objetivo, observa-se a difusão do folhetim.

Publicando charges diárias, os escândalos sensacionais, os palpites do jogo do bicho, as notícias dos cordões e blocos carnavalescos, entre uma gama variável de assuntos, os periódicos visavam a um público vasto e heterogêneo.

Paralelamente, há que se considerar a representatividade que a imprensa passou a ter no imaginário popular. Expressar conceitos e opiniões era, de fato, possuir poder. Através do que imprimia - transformado em verdade inquestionável - seria, sobretudo, propagadora de idéias e formadora de consenso em torno dessas mesmas idéias.

A partir de 1880, os jornais mais importantes da cidade transformam-se em indústrias da informação. Divide-se o trabalho no interior das oficinas; modernas impressoras que, ao final dos anos 10, já podiam tirar até 60 mil exemplares por hora, substituem, paulatinamente, primeiro as antigas manuais, depois as que já imprimiam 10 ou 20 mil exemplares. As linotipos invadem o espaço da produção gráfica.

A rivalidade entre os periódicos - em função de conquistar sempre um público mais amplo - será também contundente. O *Jornal do Brasil*, então o mais popular da cidade, se viu ameaçado, em 1901, com o lançamento e a rápida ascensão na preferência do público do *Correio da Manhã*. O *Paiz*, que procurava alcançar também mais leitores, e a *Gazeta de Notícias*, pioneira no processo de fazer jornal barato e popular, fazem de suas páginas verdadeiros libelos de denúncias contra o jornal de Edmundo Bittencourt e contra o novo *Jornal do Brasil*. As denúncias de favorecimento, clientelismo e protecionismo também se voltam contra o mais conservador, do ponto de vista editorial, de todos esses periódicos: o *Jornal do Commercio*.

Criando uma série de estratégias empresariais, editoriais e redacionais, procuravam atingir os leitores. Além disso, a imagem do poder público estava sempre presente nesses textos, difundindo uma eficiência, pois fazer-se compreender era fundamental para os grupos dominantes. E, para isso, não bastava a imposição de normas, era preciso unificar os discursos. E a imprensa cumprirá esse papel através dos homens de letras: o jornalista, o repórter, o literato.

Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização da cidade, o jornalista invadiu, impassível, territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Passando a ditar modas e hábitos, chega a desafiar a Igreja na disputa pelo controle das consciências.

Vendo-se arrastados para o jornalismo, o funcionalismo e a política, os intelectuais encontravam nos jornais um lugar único para a divulgação de seus escritos, uma vez que as limitações das editoras impunham a necessidade de buscar um novo tipo de aproximação com o público. Os jornais, por outro lado, se valem dos intelectuais, dos homens de letras, para unificar os discursos da nova ordem republicana.

Mas quem eram esses jornalistas?

O segundo momento da pesquisa buscou, fundamentalmente, responder a esta pergunta. Através de uma exaustiva pesquisa de campo - utilizando periódicos, memórias, relatos, relatórios e dezenas de outros documentos das próprias empresas jornalísticas - pôde-se caracterizar esse profissional que fazia dos jornais meio de sua subsistência e, a maioria das vezes, trampolim para também ingressar na política ou na burocracia oficial.

Oriundo em grande número das faculdades de Direito, esse profissional que irá ocupar cargos de prestígio ou simplesmente ser redator e repórter nos jornais diários, fazia a maioria das vezes da profissão patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser jornalista era, sobretudo, através do prestígio que o lugar conferia e das relações que possibilitava, "cavar" um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia.

Se aos repórteres cabia a participação na burocracia estatal, também como forma de complementar os rendimentos aferidos com a profissão, aos dirigentes e profissionais mais importantes o lugar natural era a política.

Havia também diferenças na trajetória e na condição/situação de classe dos dirigentes e dos repórteres². Os primeiros eram oriundos de famílias abastadas, ligadas aos grupos agrários dominantes no cenário do Império ou filhos de pais advogados, engenheiros e médicos, ocupando altos cargos na burocracia estatal e, a maioria, advogados de formação. Já os segundos entravam nos jornais quando ainda cursavam as Faculdades (Direito em primeiro lugar, seguido de Medicina), muitos jovens - a maioria entre 16 e 22 anos -, como revisores ou repórteres, a partir de indicações pessoais. Acumulavam com o trabalho em um ou mais periódicos um cargo na burocracia oficial, como forma de complementar os ganhos e, mais do que isso, de garantir a estabilidade que a imprensa não proporcionava.

Outra característica era o fato de serem, em sua quase totalidade, egressos de outros estados. A maioria, filhos de famílias com condição financeira suficiente para enviá-los à Capital para estudar e, assim, se tornar

² Nessa parte da pesquisa, a conceituação de Pierre Bourdieu forneceu o suporte teórico indispensável. Utilizando as noções de *habitus*, campo, capital simbólico, posição de classe, situação de classe, distinção, entre outras, traçamos a trajetória profissional e de vida de mais de 100 jornalistas do período.

bacharéis. Esses jovens com pretensão literária viam nos jornais, assim, um meio de exercer essa prática e a sua própria boêmia. O passo seguinte era, através da indicação de algum nome influente, conseguir ultrapassar as fronteiras da redação, alcançando um posto nessas publicações. A admissão se fazia, invariavelmente, por apresentações pessoais.

Se as relações pessoais - vinculadas a sua condição de classe - eram fundamentais para determinar a ocupação de um lugar no jornalismo, o diploma de curso superior dava o capital simbólico indispensável. Até mesmo os que não possuíam posição dominante, se aquinhoados com o grau de doutor, poderiam se aventurar a fazer parte desse seleto grupo de homens que fazia do jornalismo o "ofício de orientar o público, sempre sequioso de novidades".

Ao analisar os principais jornais diários do Rio de Janeiro, a partir de amplas mudanças não só no ato de fazer jornal, mas também na significação que esses periódicos ganharam na sociedade, correlacionamos também dois conceitos: imprensa e poder.

Participando do jogo de poder e prestígio necessário à conquista de novos leitores e à participação política, a imprensa buscava nova configuração em fórmulas editoriais e políticas. Os jornalistas faziam parte do grupo de executores que constituíram um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial, capitaneados pelo título escolar, pela performance lingüística, de tal forma que através de instituições - nas quais o jornal se insere - houvesse a imposição do reconhecimento da língua dominante.

Ao difundir pelo mercado de bens simbólicos a língua válida, entronizavam um poder quase único no que se refere à sociedade civil. Ser jornalista era, pois, marca distintiva emblemática que, ao mesmo tempo, conferia a esses agentes o poder de nomeação, imposição de uma visão de mundo que atua conferindo poder³.

Com a função de normatizar e divulgar as idéias dominantes, criavam e desenvolviam as necessidades do público, transformado filosoficamente em leitores e visto, a partir do estabelecimento dos jornais como empresas, também como elemento de natureza econômica.

Cooptados pela classe dominante, esses intelectuais produziam uma mensagem visando a criação de um consenso, cujo fim último era perpetuar a dominação de classe. Exemplares nesse sentido são as campanhas e mensagens veiculadas pelos diferentes jornais. Muitas vezes com linhas editoriais diferentes e públicos aparentemente diversos, os diários possuíam identidade de conteúdo e mensagens. E isso também acontecia não por acaso.

Se os jornalistas, de maneira geral, participavam desse processo, a posição do núcleo dirigente ainda era mais emblemática. Verdadeiros intelectuais orgânicos da classe dominante, esses dirigentes se constituíram, no início da República, em porta-vozes no sentido pleno do termo. Confidentes de Presidentes da República, com enorme poder junto à

³Bourdieu, *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

sociedade política, participavam do jogo de favores, clientelismo e favorecimento. Os embates entre os periódicos se constituem, na verdade, numa luta para ocupar o papel privilegiado de porta-vozes dos grupos dominantes.

Mas essas relações de poder não se estabelecem apenas entre os jornalistas que ocupavam posições como dirigentes. Também os literatos de renome participam desse movimento.

Finalmente, chegamos à última etapa do circuito da comunicação: o público. Depois de fazer um verdadeiro passeio no processo de produção dos jornais - da apuração da notícia, feita pelos repórteres no local do acontecimento, à distribuição, passando pela redação, composição, revisão, paginação, impressão e distribuição - chegamos ao público.

As perguntas a que respondemos dizem respeito, portanto, ao quem da mensagem. Quem era o leitor do popularíssimo *Jornal do Brasil*, do eterno opositor *Correio da Manhã*, do conservador *Jornal do Commercio*, da literária *Gazeta de Notícias*, do polêmico *O Paiz*? E como eram lidos esses textos e o que informavam essas leituras diferenciadas sobre a apropriação de impressos por leitores tão diversos?

Não poderíamos dar por terminada uma pesquisa que pretendia percorrer todo o circuito da comunicação se não contemplássemos o leitor. Mas como é possível recuperar leitores e leituras inseridos e realizadas em outro tempo? Como é possível visualizar rostos, maneiras de se debruçar sobre o texto, formas de compreensão da mensagem e de reelaboração dessa mensagem falando de pessoas que hoje são poeira na lembrança? Estaria o leitor do passado irremediavelmente perdido para o pesquisador do presente? Deveria ficar relegado ao silêncio e ao esquecimento da história?

Certamente não. Mas só com uma opção metodológica pressupondo a colaboração estreita entre a história e a teoria da literatura foi possível recuperar também esse leitor do passado.

Elementos teóricos e metodológicos

Na medida em que consideramos história cultural como estudo dos processos, das representações, das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço, entendemos os aspectos culturais em função de duas concepções básicas: práticas e representações. Nesse sentido, do ponto de vista teórico-metodológico, inserimos essa análise como uma tentativa de elaboração de uma história social e cultural-dos sistemas de comunicação⁴.

⁴Roger Chartier. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. Tratando da complexidade do termo história cultural e dos variados problemas que enfrentam os historiadores ao entrar nesse território, pode-se pensar o cultural como objeto específico e não como um setor da história, pressupondo sempre uma perspectiva interdisciplinar para o conhecimento do cultural. Ver Hunt, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; Falcon, Francisco José Calazans. "A história cultural". In: *Rascunhos da História*. Rio de Janeiro: PUC, 1991 e Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. Burke, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

Lembrando que esses sistemas têm uma história, Robert Darnton chama a atenção para o poder dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que considera primordial a elaboração de uma história do impresso. A mesma história recebe de Roger Chartier o nome de “história das práticas de leitura”.

Ao estudar um corpus específico de textos é preciso considerar as relações do leitor com os objetos impressos e com os textos, incluindo também o chamado intervalo existente entre a produção pelo autor e a sua recepção pelo leitor: o trabalho de edição/impressão⁵.

Cada vez mais os historiadores buscam a companhia de outras disciplinas para fazer uma reinterpretação do passado. Afinal, fazer história é recriar o passado, considerando-se a carga de subjetividade inserida nessa reinterpretação.

Depois de se aproximarem da antropologia, da sociologia, da geografia e de tantas outras disciplinas, os historiadores se aproximam, hoje, da teoria literária e esse encontro de visões e teorias não poderia ser mais fecundo.

Passando a não forçar uma distinção entre fato e ficção, visualizam na própria obra o elemento ficcional e percebem nos relatos do passado a sua característica de texto, onde estão presentes diferentes formas de imaginação⁶.

É preciso considerar que o passado tem suas próprias vozes e que o historiador nada mais faz do que uma releitura desse passado, através de reinterpretações, nas quais também o elemento ficcional da narrativa está presente.

Essa aproximação com a teoria literária forneceu, também, novos objetos aos historiadores e permitiu considerar a existência de uma “cultura do impresso”, na sua relação com a sociedade, num dado período histórico.

A literatura popular, por outro lado, se transformou em tema frequente de pesquisa. Exemplares são as análises de Chartier, que percebe o texto e o impresso como uma leitura. Estudando os livretos populares, a maneira como se lia, quem lia, como se difundiam esses impressos e de que formam influenciavam a sociabilidade de seus leitores, esses autores, com matizes

⁵Chartier afirma que sua concepção difere da própria estética da recepção, que não considera este intervalo, postulando uma relação direta e imediata entre texto e leitor, entre os signos textuais usados pelo autor e o horizonte de expectativa daqueles aos quais se dirige. Chartier, Roger et alli. *Les usages de l'imprimé (XV-XIX)*. Paris: Fayard, 1981. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

⁶Os representantes mais expressivos dessa aproximação são, sem dúvida, Hayden White e Dominique LaCapra.

de interpretação variados, se preocupam com o poder ser chamado uma história social e cultural da comunicação impressa⁷.

Recomendando uma colaboração estreita entre críticos literários e historiadores, uma vez que para ambos a leitura pode ser central na análise, Darnton chama a atenção para o fato de os críticos tratarem a literatura como atividade e não apenas como um corpo estabelecido de textos. Assim, o significado de um texto não se encontra imobilizado em suas páginas, mas é construído pelos leitores.

Percebendo o texto, pois, como produto de leituras diferenciadas, pode-se visualizar o leitor no e a partir do texto.

Assim, considerando os jornais diários mais importantes do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1920, como um corpus de texto, percorremos o "circuito da comunicação", que vai do o que da leitura ao quem (leitor e formas de apropriação dos impressos), passando pelo produtor da mensagem, pelo o que, como e por que. Procuramos com isso fazer não uma história da imprensa, mas uma história do impresso ou dos "sistemas de comunicação".

Mas ao analisar esses diários, a partir de amplas mudanças no ato de fazer jornal e na significação que esses adquiriram na sociedade, foi, ainda, necessário correlacionar dois conceitos: imprensa e poder. Analisando esses aspectos, vimos as relações sociais, sobretudo, como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam um duplo processo: o de conhecer e de reconhecer.

Os jornalistas faziam parte do grupo de executores que constituíram um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial. Verifica-se, pois, a formação de uma língua oficial que reproduzia uma nova forma de pensar a sociedade. Se o sistema escolar tem a função dominante na elaboração, legitimação e imposição de uma língua oficial, os jornais, enquanto instituições, participavam do mesmo processo ao difundir pelo mercado de bens simbólicos essa língua válida.

Ao ter essa função, entronizavam um poder quase único no que se refere à sociedade civil. E mais: o fato de produzir esse discurso confere àqueles que o exercem um poder sobre a língua e sobre os que a utilizam. Da mesma forma o corpo de profissionais que produz e monopoliza o uso legítimo da língua - no qual os jornalistas se inserem de forma ampla -

⁷Essa nova corrente da história do impresso vem se desenvolvendo desde os anos 60, na França. Estudando o livro, os novos historiadores tentam descobrir o modelo geral da produção e consumo desses impressos em longos períodos de tempo. Outros autores e novos centros de estudos na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha se dedicam a estudar os diferentes tipos de impressos. Como exemplo de abordagens sobre o tema cf. Chartier, Roger e Roche, Daniel. "Le livre, un changement de perspective". In: *Faire l'histoire*. Paris, 1974. Ver ainda Darnton. "Reading, writing and publishing in eighteenth-century France: a case study in the sociology of literature". In: *Studies on Voltaire and the eighteenth century*, 1976. Darnton chama a atenção para perguntas sobre quem lê, em que condições, em que momento, com que resultados, o que ligaria esse tipo de estudo à sociologia. Nesse sentido, os trabalhos de Paul Lazerfeld e Pierre Bourdieu são distintivos. Ver especialmente. Bourdieu, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Munuit, 1979.

merece uma distinção nas relações entre as classes. O poder da palavra é o poder de quem possui a palavra, através da delegação que lhe foi investida⁸.

Considerando, pois, os jornais como bens simbólicos, é necessário ainda analisar a relação entre imprensa e literatura, a partir do instante em que as condições para divulgação em maior escala da palavra impressa - institucionalizada por oposição à falada como a única válida - se concretizam. A produção de obras como o folhetim, divulgadas por um impresso mais rápido e capaz de ser produzido mais agilmente e em maior quantidade do que os livros, isto é, os jornais, coincide com o aumento do público, em função da generalização do ensino elementar.

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos, incluindo o jornalismo - área de atuação de intelectuais que ainda não encontraram seu lugar na política e nas profissões liberais ou que o acharam em função do prestígio e poder da profissão -, é paralelo ao processo de diversidade do público.

Percebeu-se, assim, o jornalista como um produtor de bens simbólicos, distinguindo-se dois tipos: aquele que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social, de forma a conquistar seu lugar na política ou que dividia a profissão com outra liberal, fazendo do jornalismo o lugar do reconhecimento e uma boêmia literária, os escritores, consagrados ou não, que viam na profissão a possibilidade de alcançar notoriedade, afirmando-se enquanto literatos. Considerou-se também como um grupo a parte o núcleo dirigente desses jornais.

Fundamental para essa reflexão foi ainda a percepção dos jornalistas, notadamente esses dirigentes, como intelectuais orgânicos, cooptados pela classe dominante, cuja tarefa principal era moldar toda uma visão da realidade e mostrá-la como uma das possíveis para os grupos sociais.

Assim sendo, do ponto de vista teórico, foi também fundamental a utilização de dois conceitos chaves do ponto de vista gramsciano: intelectuais orgânicos e hegemonia.

Em resumo, analisamos esses impressos como sistemas de comunicação, colocando como centrais as questões do poder e do saber, privilegiando o texto e sua materialidade, isto é, a leitura desse texto.

Os jornais foram os principais objetos empíricos da pesquisa. Analisando cerca de 80 mil fotogramas desses cinco matutinos, percebemos os veículos, as mensagens, o leitor e, em menor escala, os jornalistas, no e a partir do texto.

Nos periódicos encontramos preciosas indicações sobre preço, tiragem, estratégias editoriais e redacionais, mudanças tecnológicas. Também forneceram informações sobre os embates travados entre eles. Tornaram visíveis a forma como se auto-construíram visando perpetuar uma imagem preferencial de si mesmos. E, finalmente, desvendaram a face do público.

⁸Bourdieu, *Ce que parler veut dire (L'économie des échanges linguistiques)*. Paris: Fayard, 1982 e *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

Além disso, foi preciosa ainda a coleção intacta dos documentos administrativos do *Jornal do Commercio* durante a gestão José Carlos Rodrigues (1890-1915), que ainda hoje está na Biblioteca Nacional. As correspondências de jornalistas, dirigentes e literatos forneceram outras indicações.

De posse dessa pilha de material empírico montamos quadros numéricos, sínteses que informaram sobre as fontes de renda dos periódicos; os principais aspectos editoriais; a caracterização de seus recursos gráficos; os temas mais freqüentes; as principais lutas políticas entre esses veículos; a tipologia dos leitores quanto ao lugar social ocupado; a tipologia dos leitores quanto ao lugar de moradia; as reclamações mais freqüentes desses leitores, entre dezenas de outros.

E chegamos a variadas conclusões.

Análise dos resultados

Assim, em 500 páginas de texto, complementadas por 70 ilustrações, recuperou-se um pouco da história dos jornais diários do Rio de Janeiro, num período rico em transformações do ponto de vista desses impressos.

Analisando as mudanças que se processaram nesses veículos, principalmente após 1880 e até 1920, colocamos em destaque o novo papel que passam a ter na sociedade. Tudo isso sob uma ótica peculiar: não apenas a inter-relação imprensa e poder, enunciada mesmo no título e evidente quando se trata de analisar o processo de constituição dos diários enquanto empresas jornalísticas que vendiam um produto - a informação - a um público cada vez mais diferenciado, mas sobretudo sob a ótica de uma história dos sistemas de comunicação.

Nesse sentido, percorreremos, em capítulos, esse circuito da comunicação: o que eram esses diários; quem eram esses homens que escreviam nesses jornais; que tipo de mensagem veiculavam, incluindo-se também com destaque a construção de uma auto-identidade peculiar; as relações desses veículos com a sociedade política e, finalmente, quem era o público para quem as publicações se dirigiam e, mais, de que forma esse leitor lia, como lia e como entendia os sinais impressos naquelas páginas.

Partimos de quatro hipóteses centrais e chegamos aos seguintes resultados:

1. Que as mudanças editoriais por que passaram os jornais diários do Rio de Janeiro a partir de 1880 objetivavam não só a busca de novos leitores, mas a introdução de uma nova leitura que atendia a expectativa cultural de um público mais amplo, para quem os jornais ainda não eram familiares.

Ou seja, afirmamos que as reformulações gráfico-editorial desses veículos - com destaque para a valorização do folhetim, num primeiro momento, e num segundo instante das crônicas e comentários; dos acontecimentos violentos; do uso em profusão das ilustrações ao lado do texto, bem como dezenas de outras estratégias administrativas e editoriais - visavam torná-los mais acessíveis a um número maior de leitores, adequando,

ao mesmo tempo, o texto à capacidade de leitura dos compradores a quem tinham que conquistar.

Assim, a adequação do conteúdo atendia a uma demanda cultural do público e não ao contrário. O público é quem, em última instância, determinava algumas das mudanças editoriais e o objetivo dessas inovações era atender a uma expectativa dos próprios leitores.

2. Ao conquistar novos leitores, vendo aumentada a sua audiência e construindo, através de uma série de estratégias, uma auto-imagem peculiar, referendavam-se como portadores da verdade e como o lugar onde o poder público ganharia legitimidade. Em consequência, participam do jogo de dominação e poder existente na sociedade.

Colocando-se como o intermediário possível entre o público e a sociedade política, através de textos pretensamente imparciais, objetivos e neutros, os jornais criaram uma auto-identidade peculiar para se afirmar, cada vez mais, como o lugar da difusão da verdade. Ao se construírem como intermediários entre o público e a sociedade política, aumentavam ainda mais o seu poder de dominação e participavam do jogo de poder que atingia todas as esferas da vida quotidiana.

Mas, para participarem como produtores de mensagens, os jornalistas deveriam ter não só o capital cultural indispensável para se inserirem na posição de elaboradores de mensagens, mas o capital político advindo de sua posição/situação de classe. Essa posição conferia o capital político indispensável a sua participação na sociedade civil.

Assim, para se tornar jornalista era preciso ser, a maioria das vezes, oriundo da principal instância de formação intelectual na República Velha - as Faculdades de Direito. Mas para ser dirigente era necessário uma situação de classe, advinda de sua condição de classe, que os levavam a ocupar o topo na hierarquia dessas publicações. Essa posição era, muitas vezes, um patamar intermediário para a atuação na política ou na diplomacia.

Essa, entretanto, não era apenas uma característica peculiar dos dirigentes. A maioria absoluta dos jornalistas dividia seu emprego no jornal com um cargo na burocracia estatal ou na política. Associados às funções de poder parece claro que esses jornalistas foram fundamentais para o trabalho de formatação da face visível das cidades, cabendo a eles, através da palavra escrita, instituir instrumentos essenciais para a conservação da ordem.

Através de um discurso unificado - não importava a que grupo político estivesse o periódico veiculado - difundiam valores uniformes e passavam, em consequência, a deter um poder cada vez mais inquestionável. O uso das letras transformava-se em verdadeiro mito social e a escrita era alavanca para ascensão, para adquirir respeitabilidade pública, para ser incorporado ao centro de poder.

3. O conteúdo dessas publicações construía, na verdade, uma nova realidade, mitificada pelo simbolismo da palavra impressa, cujo fim último era a redefinição do Rio de Janeiro e de seus habitantes. Criavam-se assim

as necessidades do público, aumentando a audiência, premissa necessária para a constituição de um jornalismo mais massificado.

Ao nosso ver, portanto, a formação dos primeiros conglomerados de comunicação na década seguinte (1925), a edição de revistas ilustradas com circulação expressiva também a partir do final dos anos 20 (*O Cruzeiro*) e a criação de uma imprensa de escândalo não podem ser atribuídas, exclusivamente, como algumas vezes já o foram, a chamada importação de padrões estrangeiros pelo jornalismo brasileiro. Um público potencial para essas publicações já estava sendo formado desde as primeiras décadas desse século. E sem ele não haveria a possibilidade de chegar aos anos 20 com uma nova configuração, em que a criação de uma imprensa de escândalo - representada por *Manhã* e *Crítica* - e dos primeiros conglomerados - os *Diários Associados* - são as marcas singulares, e que pressupõe também a existência de um público específico e diferenciado.

Para que houvesse a formação dessa audiência era necessário desenvolver o gosto urbano pelos periódicos, tornando-os acessíveis a um público cada vez mais vasto. Outras afirmações com que frequentemente nos deparávamos, como o pouco poder de difusão dos matutinos nas primeiras décadas do século, parecem definitivamente sepultadas. Com uma tiragem em torno de 150 mil exemplares, esses cinco diários tinham, de fato, uma circulação expressiva e uma importância inegável na cidade do Rio de Janeiro. E isso é ainda mais verdadeiro quando se sabe que os jornais foram mais vistos e mais escutados do que lidos.

4. O fato de existir na cidade do Rio de Janeiro uma maioria analfabeta não permite supor, por antecipação, o pouco poder de difusão desses veículos e também que estas mensagens estariam sendo apropriadas de forma uniforme.

Considerando como premissa básica que o processo de comunicação coloca em evidência perguntas do leitor em relação ao texto, conseguimos, como já frisamos antes, visualizar esse leitor no e a partir do texto. Mas também nos detivemos na forma como o leitor entendia os sinais impressos naquelas páginas.

Esse exercício de apropriação diferenciada concentrou-se em parcelas do público, por entendermos que só esta questão daria um estudo completo e complexo. Assim, alguns desses grupos de leitores foram identificados e em relação a eles percebemos como realizavam suas leituras. O que buscavam nos periódicos? As respostas são variadas: o seu mundo, visualizar-se nesse mundo; encontrar parâmetros da sua existência; recordar o passado; se inserir, ao mesmo tempo, num novo mundo; polemizar; sentir-se atualizados e, portanto, participativos; ser modernos; encontrar temas interessantes para as conversações; visualizar a fantasia ou transformar a sua leitura em fantasia. Havia leitores variados e significações de leituras também variadas. Uma leitura que mesclava o universo de sonho e a própria realidade. Cada um recriava o texto como o seu texto e imprimia naquelas páginas significações variadas e extremamente peculiares.

Havia leitores, leitores variados, alguns de primeira natureza. A maioria absoluta de segunda ou de terceira natureza. A leitura era comentada, trazia variados sentimentos. Podiam visualizar naquelas páginas a alegria, a emoção, a dor, a revolta, a repulsa, a raiva, a pena, a compaixão. Os personagens, agora retransfigurados em notícias, eram pessoas como eles, leitores. Podiam também não se interessar pela trama, passar os olhos e relegar simplesmente a notícia ao esquecimento. Rescrevê-la ou não.

Para isso o jornal mostrava, sobretudo, um mundo real. Um mundo muitas vezes desconhecido, mas nem por isso menos palpável. Um mundo real, ainda que transformado em edição fantasiosa. Os relatos eram enredos a serem seguidos e que os colocavam no mundo.

A constatação de que esses periódicos, notadamente os mais populares, como o *Jornal do Brasil*, atingiam uma gama de público a princípio impensável, como os prisioneiros, as mulheres, os trabalhadores nas fábricas, no pequeno comércio, nas ruas - ou seja, os "excluídos da história" - remeteu também às formas de leitura.

Lia-se nos bondes e nos trens; lia-se em voz alta em torno dos ambientes fechados do lar; lia-se em voz alta nos ambientes do trabalho; lia-se nas horas roubadas do dia. Lia-se também por ser aquelas notícias comentadas, repetidas, recontadas. Lia-se no instante em que se recortava o folhetim para guardar. Lia-se no alto do tablado da construção civil, a um canto, solitário, na hora do almoço. Em grupo no meio da praça. Nas portas dos jornais, onde se afixavam as notícias com as últimas informações. A leitura era uma forma de estar no mundo. Um mundo que mudava, com uma velocidade nunca vista até aqueles dias.

Lia-se nos hospícios e nos presídios. Variadas leituras e variadas apropriações das mensagens. Para muitos, o jornal era o único intermediário possível entre o seu cotidiano de lutas e misérias e aqueles que poderiam, se assim quisessem, mudar a realidade.

E como entediavam os leitores aqueles relatos? De diversas formas: apreendendo o real como fantasia (não era um simples relato, mas um enredo); vendo-se como pessoas comuns; reconhecendo lugares conhecidos; apreendendo normas e condutas; minimizando a crueldade do cotidiano; tomando conhecimento de um mundo desconhecido; transfigurando-se, como os personagens daquela história, também em personagem e, sentido, em consequência, identificação, repulsa, revolta, pena, compaixão; ou simplesmente tomando conhecimento de um mundo desconhecido mas real.

Reconstruir a leitura é apreender a lógica da narrativa do leitor no lugar cultural onde ele se insere. Daí a importância de desvendar a face real desse leitor, demarcando o seu próprio espaço social, para perceber o como da leitura.

Conclusão

Se fazer toda essa pesquisa foi um exercício fascinante, mais fascinante ainda foi descobrir o circuito da comunicação desses diários. Diários que após a apuração, redação e aprovação das matérias iam “em primeira” e “em segunda” à composição e daí à revisão. A seguir, passava à paginação, onde se moldavam os “clichês”. O passo seguinte era a estereotipia, onde o clichê se transformava em paquê. Colocava-se essa folha de cartão sobre um molde e prensava-se: surgia o flan. Ao se transformar, depois de seco, numa folha de cartão duríssimo estava pronta a matriz (a telha) que ia para as rotativas. Era, então, fixada nos rolos e ao simples toque de um botão, a rotativa soltava um silvo agudo e começava a impressão.

Mas um longo caminho teve que ser percorrido para que esse processo de produção fosse afinal implantado. Primeiro vieram as linotipos, depois as modernas rotativas, algumas capazes de imprimir em até cinco cores, como já fazia a *Gazeta de Notícias*, em 1907.

Para que esse trabalho fosse realizado, manuseamos documentos e mais documentos. De alguns desses periódicos, como o *Jornal do Commercio*, encontramos todo o arquivo administrativo do período praticamente intacto, facilitando a nossa tarefa. Em outros a dificuldade foi maior: ou acabaram e com eles seus documentos, como o *Correio da Manhã*, *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, ou continuam mas seus administradores consideram esses documentos como propriedade privada, verdadeiros segredos, que não podem ser desvendados.

Assim, de alguns fizemos uma análise mais apurada, concentrando-nos na leitura daquelas páginas dia após dia. E a história desses jornais estava estampada também naquelas páginas.

Percorrendo os mais importantes diários do Rio de Janeiro - pelo seu poder de difusão - durante 40 anos, trilhamos também um caminho singular. Foi um percurso atribulado em alguns trechos, suave em tantos outros.

Quase que diariamente nos deparávamos com notícias escritas em outro tempo, por outras mãos, outros homens.

Ah! O tempo. Esse inexorável conceito que nos acompanha. O ontem para aqueles homens e mulheres que liam notícias e mais notícias - novidades em um mundo em movimento - era o agora e o instante para nós.

Recuperar rostos e vozes inscritos num tempo. Num outro tempo, num outro momento, tão distante e tão próximo.

Um historiador disse, certa vez, que fazer história é simplesmente conversar com os mortos. Concordo apenas em parte com a frase de alto teor poético.

Fazer história é, sobretudo, falar de vida, embora muitas vezes para isso seja indispensável conversar com os mortos. Fazer história sempre será também inventar uma história. Uma história que transporta para o lugar dos vivos, aqueles que hoje classificamos como mortos.

Bibliografia

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Munuit, 1979.
- _____. *Ce que parler veut dire (L'économie des échanges linguistiques)*. Paris: Fayard, 1982.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHARTIER, Roger et alli. *Les usages de l'imprimé (XV-XIX)*. Paris: Fayard, 1981.
- CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. "Le livre, un changement de perspective". In: *Faire l'histoire*. Paris, 1974.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.
- _____. *Les usages de l'imprimé*. Paris: Fayard, 1987.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- _____. "Reading, writing and publishing in eighteenth-century France: a case study in the sociology of literature". In: *Studies on Voltaire and the eighteenth century*, 1976.
- FALCON, Francisco José Calazans. "A história cultural". In: *Rascunhos da História*. Rio de Janeiro: PUC, 1991.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.